

Exmo Senhor Ministro do Trabalho,
Solidariedade, Família e Formação
Profissional
São Tomé

Recebi
07-07-2020
Isabel

MANIFESTO DOS FUNCIONÁRIOS E TRABALHADORES DO INSS PARA UMA SEGURANÇA SOCIAL MELHOR

MOTIVAÇÃO

■ Nós funcionários e trabalhadores do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) (i) aflitos com o actual estado de coisas reinante na gestão executiva do INSS, (ii) cientes que esta situação perdura há vários anos, denotando sempre elevado desconhecimento e desinteresse das sucessivas lideranças em relação à missão central de qualquer entidade gestora da segurança social contributiva, (iii) envergonhados e temerosos com o descrédito que o poder político e a sociedade em geral nutrem em relação ao INSS e o seu pessoal, (iv) certos que a quase totalidade destes problemas não é da nossa responsabilidade nem encontrará solução na acção isolada de cada um de nós que muitas vezes somos vítimas da fúria legítima dos utentes do nosso INSS, (v) preocupados com a enormidade da dívida, à qual se aliam a ligeireza e a sensação de que os dinheiros públicos sob gestão do INSS são desnecessários, (vi) cientes da injustiça social que existe na definição e no valor das pensões e subsídios, (vii) tendo constatado que os sucessivos gestores executivos do INSS têm dedicado o grosso da sua acção às licitações e contratações públicas, em detrimento da recolha de contribuições e do pagamento de pensões e subsídios, bem como da concretização de outros direitos fundamentais dos utentes do INSS,

■ Nós funcionários e trabalhadores do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), com a força da nossa experiência profissional e a certeza do conhecimento científico acumulado, estamos convictos que a situação actual do INSS pode ser resolvida com (i) extensão da segurança social a mais beneficiários, (ii) melhoria dos subsídios e pensões actuais e criação de outros benefícios compensatórios, sobretudo, na área da saúde, (iii) reforço do controlo contributivo e da arrecadação de receitas, (iv)

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like Isabel, and various scribbles.]

celeridade, certeza e justiça social na definição e atribuição dos benefícios, (v) reforma da estrutura orgânica, (vi) reformulação dos padrões e do sistema de investimentos, (vii) produção de estatísticas e de estudos técnicos, mormente, sobre a sustentabilidade, (viii) aposta na automatização e nas TICs, (ix) construção de uma verdadeira política de gestão de recursos humanos que seja assertiva no recrutamento, na formação, na avaliação de desempenho e na motivação; (x) todo o anterior para assegurar o respeito pelos direitos fundamentais dos utentes do INSS,

3. Nós funcionários e trabalhadores do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) sendo, igualmente, beneficiários da segurança social e como qualquer cidadão, sujeitos do direito e do dever cívicos de participação na vida pública, não podemos continuar a compactuar com a situação actual, guardando silêncio de todos os males que enfermam o sistema, sabendo que as primeiras e maiores vítimas do colapso e da implosão seremos nós,

4. Nós funcionários e trabalhadores do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) (a) querendo ser parte da solução e vislumbrando a justa condenação de toda a sociedade como autores materiais da destruição da segurança social contributiva em São Tomé e Príncipe, (b) estando dotados de experiência profissional e conhecimento científico que não chegam a traduzir-se em melhorias na qualidade dos serviços, porque não temos poder de decisão e liberdade de acção, (c) concentrados na missão de arrecadar e gerir dinheiros públicos e atribuir prestações garantidas como direitos, num sistema que é público e tem na pessoa do Estado a sua fonte e o seu mais alto gestor,

Vimos à Vossa Excelência e ao Governo solicitar acções urgentes para que, entre outros, sejam solucionados os seguintes

PROBLEMAS

i) O processo de atribuição de prestação no INSS comporta uma longa e desnecessária demora e, incerteza e injustiça social, o que faz a sociedade resistir na contribuição porque vê a segurança social como inútil. Os próprios trabalhadores e funcionários do INSS são vítimas do sistema, tanto pela demora como pelo facto surreal de o próprio INSS não fazer o adiantamento de subsídios, como muitas empresas fazem nos termos legais.

ii) Os benefícios da segurança social não chegam a todos os cidadãos com direito aos mesmos e não incluem prestações relacionadas com a saúde. Desde 2015 que a lei alargou a segurança social aos trabalhadores independentes e domésticos, mas nada de efectivo foi feito para incluí-los no sistema, identificando e corrigindo as falhas que se mostrarem pertinentes.

iii) A gestão de direitos e obrigações dos contribuintes e beneficiários não obedece a regras claras e que podem ser verificadas, havendo casos de violação da letra e do espírito da lei de segurança social pelo próprio INSS. Não existe qualquer circuito documental, devidamente, aprovado e os processos estão sujeitos a muita discricionariedade.

iv) O controlo contributivo e a arrecadação de receitas são frágeis e parcos, apesar de haver disposição legal para o seu reforço desde 2019. A dívida já notificada ronda Db 117 334 307,32 contra pagamentos de boa vontade na ordem de Db 26 418 134,86.

v) O INSS não produz estatísticas nem estudos técnicos, sobretudo, de sustentabilidade, sendo difícil conhecer o valor real das obrigações futuras com as prestações. Os investimentos circunscrevem-se a depósitos a prazo, numa política que está em decadência e não promove o crescimento.

vi) Há dinheiros públicos à ordem da segurança social aplicados em investimentos malparados. Como exemplo, a falência de um banco comercial significou para o INSS a perda de quase EUR 2 000 000,00, sem que se verificasse qualquer reacção por parte do Estado.

vii) Não há uma política clara de recursos humanos que avalie o desempenho, premeie o mérito, garanta a formação contínua e a promoção.

viii) Depois de terem sido investidos mais de EUR 400 000,00, o sistema informático revela-se inútil e a equipa de informatização que deveria evoluir para departamento, foi, simplesmente, desmantelada.

ix) O Estado criou regimes de pensões especiais e um grupo de beneficiários têm pensões muito mais altas sem terem contribuído para tal. Nesta base e numa total violação da legislação da segurança social, os tribunais determinaram o valor da pensão de dois beneficiários e, em Junho de 2015, retiraram do INSS mais de Db 6 000 000,00. O recurso está pendente de decisão até os dias de hoje.

x) A estrutura do INSS está obsoleta e não serve aos desafios actuais, já que não contém unidades orgânicas suficientes para responder às cada vez maiores exigências da sociedade, personifica a gestão na figura do Director que não está obrigado a auscultar os chefes de departamento e não impõe uma gestão colegial através de um Conselho Directivo.

NA SENDA DO ANTERIOR, VOLTAMOS A INSTAR VOSSA EXCELENCIA E O GOVERNO PARA QUE SEJAM CONCEBIDAS E IMPLEMENTADAS ACÇÕES URGENTES PARA RESOLVER OS PROBLEMAS ACIMA ELENCADOS, SOB PENA DO PREVISÍVEL COLAPSO DE TODO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL CONTRIBUTIVA.

Receba, Excelência, os nossos melhores cumprimentos.

Hermana Costa

Cláudia Duarte

Janaína Moniz

Eulália de Jesus

Edney Castelo Branco

Bilceia Almeida

Belyto Martins

Adelina Pente

Willy Faria

Idraniel Fernandes

Agostinho

Carmita Lima

Keite Nascimento

Angela

Janeane Afonso

Antónia dos Santos

Virginia Correia

Júlio Neto

Vicente

Willy Faria
Willy Faria
Willy Faria

Willy Faria

Willy Faria

Hernandes Romão Santos
Manuel Ramiro

Adelino Trappar
Louise Beatriz d'Almeida
Gezimelinda dos Anjos

Dulce Jesus Leite Nogueira de Carvalho